



Documento Assinado Digitalmente por: ARCEMIRO DAVAI CANTTI PIMENTEL.
Acesse em: https://etec.tce-pe.gov.br/epj/validaDoc.seam?codigo_documento=76d57aa3-55e4-43c1-be0b-7fc4660d843f



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
Resolução TC nº 112, de 09 de dezembro de 2020.
ANEXO IX

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendações	Situação	Ações	Justificativa
Processo TCE Nº 17100003-1	Implantado	Especificar na programação financeira as medidas relativas à quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa	
	Implantado	Lançar créditos adicionais apenas mediante autorização do Poder Legislativo municipal e com a devida indicação da fonte dos recursos	
	Implantado	Dirimir o déficit de execução orçamentária nos próximos exercícios	
	Implantado	Anexar ao Balanço Patrimonial o quadro de superavit/déficit financeiro, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP	
	Implantado	Inscriver em Restos a Pagar apenas despesas para as quais existam disponibilidade de recursos, vinculados ou não vinculados, para seu custeio	
	Implantado	Não deixar obrigações, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato do Prefeito, sem contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa	
	Implantado	Não empenhar e vincular despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro para não comprometer a receita do fundo pertinente ao exercício seguinte	
	Implantado	Adotar a alíquota patronal suplementar sugerida na avaliação atuarial mediante lei municipal, possibilitando a recondução do RPPS a uma situação de equilíbrio atuarial e financeiro	
Processo TC n. 16100036-8	Implantado	Não superestimar as receitas previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO, promovendo estimativas próximas à real capacidade de arrecadação do Município	
	Implantado	Deixar de prever na LOA um percentual elevado sobre as despesas para a abertura de créditos suplementares, evitando a descaracterização da peça orçamentária como um instrumento de planejamento	
	Implantado	Especificar na programação financeira as medidas relativas à quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa	
	Em Implantação	Diligenciar para aumentar a arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa	O setor de tributos do município estar realizando recadastramento imobiliário, como também convidando os contribuinte em dívida para com o município para quitação de seus débitos



	Implantado	Tomar medidas administrativas para evitar o deficit de execução orçamentária nos exercícios seguintes	
	Implantado	Anexar ao Balanço Patrimonial o quadro de superavit/deficit financeiro, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP	
	Implantado	Diligenciar para que a despesa de pessoal seja controlada dentro dos limites da LRF com despesas de pessoal	O Município se enquadra nos limites da LRF com despesa de pessoal no exercício de 2020.
	Em Implantação	Reconduzir o gasto com pessoal para os limites da LRF e no período por ela determinado	O Município reconduziu as despesas com gasto de pessoal.
	Implantado	Utilizar dentro de cada exercício financeiro os recursos recebidos do FUNDEB, observando-se o limite máximo de 5% dos recursos que podem ser utilizados no exercício seguinte	
	Implantado	Promover a redução do deficit atuarial, pondo em prática o Plano de Amortização aprovado pela Lei Municipal nº 0669/2010	
	Implantado	Recolher ao RPPS as contribuições previdenciárias suplementares sugeridas na avaliação atuarial mediante lei municipal, possibilitando a recondução do RPPS a uma situação de equilíbrio atuarial	
	Em Implantação	Disponibilizar integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal	O Portal da transparência do município vem sendo adaptado ao que rege a legislação
Processo TCE n. 1857916-4	Implantado	Foi Elaborado e apresentado ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no prazo estabelecido de 120 dias, o Plano de Ação que enderece o atingimento da adequada destinação dos resíduos sólidos urbanos e elimine a deposição dos resíduos nos assim chamados "lixões".	Foi erradicado o "lixão no município" e os resíduos sólidos estão sendo transportados para um Aterro Sanitário em outro município, após serem separados pela Central de Triagem.
Processo TCE n. 205333-0	Implantado	Suspensão de três processos licitatórios na modalidade pregão presencial	Foi adotado o sistema de pregão eletrônico para sanar tal irregularidade, atendendo as determinações das normativas do TCE-PE.
Processo TCE n. 2010075-1	Implantado	Objeto de auditoria não identificado referente ao Processo TCE n. 205333-0	Suspensão dos Pregões Presenciais PP 04/2020 e PP 05/2020 do Fundo Municipal de Saúde.